

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1972

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

|                             |       |
|-----------------------------|-------|
| WILSON FORTES               | ARENA |
| ANTONIO COSTA               | ARENA |
| NELSON BUFFARA              | MDB   |
| IVO TOMAZONI                | ARENA |
| QUIELSE CRISOSTOMO          | ARENA |
| DOMICIO SCARAMELLA          | MDB   |
| ROSARIO PITELLI             | ARENA |
| AGUINALDO PEREIRA LIMA      | ARENA |
| ALVARO DIAS                 | MDB   |
| ANTONIO BELINATTI           | MDB   |
| ANTONIO LOPES JUNIOR        | ARENA |
| ANTONIO MACIEL              | ARENA |
| ARIZONE ARAUJO              | ARENA |
| ARMANDO QUEIROZ             | ARENA |
| ARTHUR DE SOUZA             | ARENA |
| BASILIO ZANUSSO             | ARENA |
| BORSARI NETO                | ARENA |
| CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA | ARENA |
| DAVID FEDERMANN             | ARENA |
| EMILIO CARAZZAI             | ARENA |
| ERONDY SILVERIO             | ARENA |
| FABIANO BRAGA CORTES        | ARENA |
| FRANCISCO ESCORSIN          | ARENA |
| GILBERTO CARVALHO           | ARENA |
| GABRIEL MANOEL              | ARENA |
| FUAD NACLI                  | ARENA |
| HELIO MANFRINATO            | MDB   |
| IGO LOSSO                   | ARENA |
| JOAO FADEL                  | ARENA |
| JOAO MANSUR                 | ARENA |
| JORGE SATO                  | ARENA |
| LAZARO DUMONT               | ARENA |
| LEOPOLDO JACOMEL            | ARENA |
| LUIZ ROBERTO SOARES         | ARENA |
| MARCIANO BARANIUK           | ARENA |
| MAURICIO FRUET              | MDB   |
| MUGGIATI FILHO              | MDB   |
| NIVALDO KRUGER              | MDB   |
| ODILON REINHARDT            | ARENA |
| OVIDIO FRANZONI             | ARENA |
| PAULO CAMARGO               | ARENA |
| PAULO POLI                  | ARENA |
| PINTO DIAS                  | ARENA |
| SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR  | MDB   |
| SANTOS LIMA                 | ARENA |
| WILSON BRANDAO              | ARENA |
| XENOFONTE VILLANUEVA        | ARENA |

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- TITULARES  
Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares  
Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

- TITULARES  
Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.  
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro  
Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

- TITULARES  
Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência

##### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

##### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Aglides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Léllo Guimarães Sotó Ma'or.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



**RESOLUÇÃO N. 26-72**

Data: 15 de agosto de 1.972.

Súmula: Dispõe sobre a realização dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, até 17 de novembro de 1.972.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Os trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, até 17 de novembro de 1.972, serão realizados com alternância semanal se sessões plenárias e reuniões das comissões.

Art. 2.º — A semana que se seguir à data desta Resolução, será destinada às sessões plenárias.

Art. 3.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 16 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 117.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 16 de Agosto de 1972 - (Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Armando Queiroz, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias e Xenofonte Villanueva (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Quielise Crisóstomo, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, João Fadel, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Santos Lima, Wilson Brandão e Sebastião Rodrigues Júnior (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 32 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**Discussão Única** — da Proposição n. 136-72, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 211-71, de autoria do Sr. Deputado Emilio Carazzai, eleva o "QUANTUM" da pensão mensal assegurada às viúvas dos Deputados Estaduais. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, requiero que V. Exa. faça soar os tímpanos, a fim de chamar os Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os tímpanos).

Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária marcando outra para a próxima sexta-feira, dia 18, às 9,30 horas.

**Discussão Única** — da Proposição n. 53-72.

Levanta-se a sessão.

**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 118.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 16 de Agosto de 1972 - (Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Armando Queiroz, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias e Xenofonte Villanueva (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Quielise Crisóstomo, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, João Fadel, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Santos Lima, Wilson Brandão e Sebastião Rodrigues Júnior (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO ORDINÁRIA,

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

— Sob os ns. 157, 158 e 159-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei ns.:

13-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 2-72, anteprojeto de lei complementar, que institui o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF), vinculado a Secretaria da Fazenda e destinado ao julgamento e instância administrativa de questões tributárias, o qual foi convertido na Lei Complementar n. 1. — Agradeça-se.

25-72: Do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais da cidade de Molândia, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.301. — Agradeça-se.

6-72: Do Senhor Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Fundação de Educação e Cultura Espirita do Paraná, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.302. — Agradeça-se.

— Sob os ns. 132 — 133 — 134 — 135 — 136 — 137 — 146 — 147 — 148 149 — 150 — 151 — 152 — 153 — 154 — 155 e 156-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente, os Projetos de Lei ns.:

221-70: Do Senhor Deputado João Mansur, que visa criar na sede do Município de Vila Nova do Pinhão, um Ginásio Estadual. — A C.C.J.

275-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar um Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, Município de Paranavai, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

206-70: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que visa autorizar o Poder Executivo a criar na sede do Município de Sapopema, um curso ginásial, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

34-71: Dos Senhores Deputados Paulo Poli e Wilson Fortes, que visa autorizar o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Barra do Jacaré. — A C.C.J.

288-70: Do Senhor Deputado João Mansur, que visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio João XXIII, de Santa Terezinha, no Município de Foz do Iguaçu. — A C.C.J.

91-71: Do Senhor Ex-Deputado Acyr José, que visa autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Bairro do Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar Professor João Loyola. — A C.C.J.

256-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar uma Escola Comercial em Itaúna do Sul, para entrar em funcionamento, a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

273-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar um Ginásio Estadual de Perobal, Distrito do Município de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

318-70: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que visa criar um curso ginásial noturno, para funcionar a partir do próximo ano letivo, no Núcleo Social Ivone Pimentel, bairro de Vila Feliz, na cidade de Curitiba. — A C.C.J.

292-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

66-71: Do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que visa passar à conservação do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada municipal que liga os Municípios de Araucária e Campo Largo. — A C.C.J.

5-71: Do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que visa autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Pérola à cidade de Iporã, numa extensão de 25 quilômetros. — A C.C.J.

246-70: Do Senhor Ex-Deputado Olivio Belich, que visa autorizar o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual na Estação de Platina, Distrito do Município de Santo Antonio da Platina, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

212-70: Do Senhor Deputado João Mansur, que visa autorizar o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Nova América da Colíria. — A C.C.J.

253-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa autorizar o Poder Executivo criar na sede do Município de Guaiará, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

198-70: Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que visa autorizar o Poder Executivo criar na sede do Município de Tijucas do Sul, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

247-70: Do Senhor Ex-Deputado Estadual Tulio Vargas, que visa criar nos Municípios dotados de expressivos objetivos turísticos, os Conselhos Municipais de Turismo, cujas atribuições e competências se regerão pelos dispositivos especiais do Regulamento do Conselho Estadual de Turismo. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 68-72.

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 112-72.



Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Trabalho que ora apresentamos desta Tribuna.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1.972.

(a) Nelson Buffara

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, nos termos regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja enviado ao Diretor Presidente Dr. Arturo Andrioli, Companhia Paranaense — Energia Elétrica, este requerimento que solicita seja estendida a Rede de Energia Elétrica até a Vila Nilza, no Município de Iporã, pois a Vila Nilza já possui 100 (cem casas) construídas com uma população aproximadamente de 500 pessoas.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1.972.

(a) Marciano Baraniuk

#### Requerimento

#### JUSTIFICATIVA:

Vila Nilza está localizada no Município de Iporã e dista de Francisco Alves apenas 12 quilômetros. Aquele bairro muito vem contribuindo para o progresso do Município de Iporã e do Estado do Paraná, e é justo pois que a construção de apenas 12 quilômetros de rede de energia elétrica seja estendida à população daquele bairro.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja enviado à Secretaria de Educação e Cultura este pedido que visa criar a extensão do Ginásio para a Vila Nilza, no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1.972.

(a) Marciano Baraniuk

#### JUSTIFICATIVA:

Vila Nilza está distante da cidade de Iporã, 25 quilômetros e conta com 100 casas na Vila Nilza, muitas chácaras e sítios, contendo aproximadamente com 250 alunos que pretendem continuar o estudo para concluírem o Curso Ginásial, mas como o Ginásio é somente em Iporã, muitos alunos não frequentam as aulas, isto porque é impossível a locomoção.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, na forma regimental, requer um Voto de Louvor para o Professor Osny Antônio Dacól, Diretor do Colégio Estadual do Paraná, tradicional estabelecimento de ensino de nosso Estado, que comemora 126 anos de existência.

Entre os grandes melhoramentos feitos no Colégio Estadual, pela administração do Professor Dacól, destacamos os seguintes:

a) — Criados cursos de Iniciação Profissional como, Desenho Arquitetônico, Desenho de Concreto Armado, Curso de Datilografia, Curso de Taquigrafia, Curso de Reparação de Aparelhos Eletrodomésticos, Curso de Desenho Publicitário, etc.;

b) — Academia de Datilografia com a ajuda da Associação de Pais e Mestres do C.E.P.;

c) — Dado início da Reforma de Ensino de 1.º e 2.º Grau de acordo com a Lei n. 5.692, com a criação do Complexo Escolar C.E.P., constituído por seis (6) Grupos Escolares Satélites, sendo, Grupo Escolar Tiradentes, Grupo Escolar Conselheiro Zacarias, Grupo Escolar Prof. Brandão, Grupo Escolar Dona Carola, Grupo Escolar Aline Pichet, Grupo Escolar Xavier da Silva;

d) — Fundação da Banda de Música do C.E.P.;

e) — Feiras Municipais de Ciências congregando 3.000 (três mil) jovens estudantes;

f) — Festival Nacional de Artes Colegial;

g) — Instalada a T.V. Educativa em convênio com INEP do Mec.;

h) — Melhoria nos Laboratórios de Biologia, Química e Ciências;

i) — Melhorias nas Instalações desportivas com a iluminação da pista de Atletismo, construídas duas (2) quadras de Basquetebol e duas (2) de Voleibol.

Requer ainda, que da aprovação deste, se dê conhecimento ao Professor Osny Antônio Dacól.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1.972.

(a) Quêise Crisóstomo

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, no uso de suas atribuições e na forma regimental, face à solicitação lhe dirigida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã, através de ofício, requer à d. Mesa, ouvido o Plenário, seja endereçado apelo ao Senhor Diretor Geral do D.E.R., no sentido da liberação da linha de ônibus ligando a cidade de Ivaiporã a de Curitiba, através das empresas Viação Garcia Ltda. e Princesa do Ivaí S.A., cujo processo já se encontra tramitando há já algum tempo naquele Departamento.

Trata-se de medida das mais importantes para aquela região, já que não só beneficiará a cidade de Ivaiporã, mas também as de Jardim Alegre, Faxinal, atendendo zonas densamente povoadas.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1.972.

(a) Lázaro Dumont

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei n. 128-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública estadual a "Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima" do Município de Guaraniacú.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1.972.

(a) Antônio Costa

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima, sociedade civil de direito particular, de caráter beneficente, Cultural, educacional e de assistência social, sem fins lucrativos, tem por fim a prestação de ensino em seus vários graus, o amparo à infância, à juventude, aos pobres e des-

validos, bem como o cuidado espiritual e moral do povo: A profícua e benemerita fundação social exercida pela mesma, justificam plenamente o Projeto de Lei que no momento submeto à apreciação dos nobres Deputados desta Casa Legislativa.

##### Projeto de Lei n. 129-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública estadual a Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores do Município de Guaraniacú.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.972.

(a) Antônio Costa

#### JUSTIFICATIVA:

A Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores, fundada em 31 de janeiro de 1.966, é uma sociedade civil, filiada à Mitra Diocesana, composta de número ilimitado de sócios e sem distinção de nacionalidade, sexo ou religião. Os nobres fins que lhe deram origem são, entre outros, o atendimento da saúde física e moral de associados ou não, o impulso à difusão cultural, às relações de amizade e caridade e prestação de serviços nas esferas municipal, estadual e federal.

Nada mais justo portanto que a sociedade em questão, lutando somente com os seus próprios recursos, seja declarada de utilidade pública estadual. E o que presentemente levo à consideração dos Deputados desta Casa Legislativa.

##### Projeto de Lei n. 130-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Dr. Roland Zimmermann, Digníssimo Cônsul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.972.

(a) Igo Losso

##### Projeto de Lei n. 131-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba, mantido pela referida Igreja que também é conhecida como o "Brasil para Cristo".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Igo Losso

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.972.

#### JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Pentecostal de Curitiba, cuja Igreja também é conhecida como "O Brasil para Cristo", tem seus Estatutos devidamente registrados no livro "A" n. 1616 das Pessoas Jurídicas do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba.

A finalidade deste Departamento está expressa no Art. 2.º item d e suas letras, que dispõe que a Igreja através deste órgão, fará o devido atendimento aos necessitados, sem qualquer acepação de pessoas ou credos. Visará ainda a fundação de escolas, orfanatos, asilos ou outras instituições caritativas, numa complementação do trabalho ministerial Evangélico.

O Departamento vem funcionando plenamente com o atendimento de grande número de pobres que recebem alimentos, roupas, orientação moral e espiritual.

Daí, a razão pela qual o reconhecimento da utilidade pública pelos relevantes serviços que vem prestando ser um estímulo a um trabalho ainda maior.

Espero assim a devida aprovação por parte dos nobres colegas, ao reapresentar o presente projeto, que por equívoco de interpretação deixou de ser apreciado devidamente.

O SR. ANTONIO COSTA — Está finda a leitura do Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Costa, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo da minha estada nesta Tribuna é para agradecer sensibilizado a S. Exa. o Sr. Deputado João Mansur, Líder do Governo e da Arena nesta Casa, o apoio que vem dando à nossa iniciativa e ao nome paranaense para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal. Não poderíamos deixar passar despercebida esta oportunidade pois que, conhecedores somos do Deputado João Mansur, do seu alto nível de inteligência e do seu gabarito, tanto é que o escolhemos para Líder do nosso Partido. Parabeno-me com S. Exa. por esta iniciativa e solicito aos Senhores com assento nesta Casa, que compactuem com S. Exa. e comigo também, para que elevemos o nome do Paraná em alto, colocando um paranaense de gabarito em uma cadeira no Supremo Tribunal Federal. Informo a S. Exa. o Sr. João Mansur que o manifesto por mim elaborado já conta com a assinatura do Presidente desta Casa, Deputado Wilson Fortes e está em mãos de S. Exa. o Sr. Desembargador Alceste Ribas de Macedo, para que também aponha a sua assinatura neste documento. Portanto, está em andamento esta campanha por mim encetada e que visa colocar um paranaense no Supremo Tribunal Federal e então, solicito mais uma vez aos Srs. Deputados que, a exemplo do Sr. João Mansur, se manifestem sobre este problema que é um problema do povo do Paraná e não de um Deputado. Obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nós, políticos, muitas vezes, quase todas as vezes, somos sensíveis aos males que afligem aos nossos semelhantes. Hoje, a nossa intenção ao assomarmos a esta Tribuna, prende-se a um problema dos mais sérios que a humanidade enfrenta atualmente e nada mais oportuno do que fazermos este



pronunciamento nesta semana, porque no final desta semana, dar-se-á no Parque da Cotrasa, nos dias de sexta, sábado e domingo, a Feira das Bandeiras. A Feira das Bandeiras tem como objetivo angariar fundos para a campanha do Câncer que é encetada contra o maior flagelo que atinge a humanidade, o câncer. Nós proporemos um trabalho, sr. Presidente, e chamamos a atenção dos srs. Deputados para verificarem a gravidade deste flagelo. Será em forma de um projeto técnico porque não é nossa atribuição legislar sobre matéria pertinentes à área do Executivo, e o que poderemos verificar através das linhas do nosso discurso, é a compra de um aparelho de alto custo mas custo este que torna-se insignificante em função do alto poderio que ele tem, da sua grande importância a fim de debelar com esta terrível moléstia que é o câncer.

Nesta oportunidade ocupamos a Tribuna srs. Deputados, a fim de abordarmos um assunto que está merecendo a atenção de entidades assistenciais do Governo e Particulares, que é a luta contra o câncer.

Bem sabemos que um dos maiores males que ataca os povos, o câncer, situa-se como uma das moléstias que causam maior mortalidade.

Para muitos dos males antigos que atacavam a humanidade, foram descobertas vacinas e meios de cura, todavia, ainda não existe nada de concreto em relação ao combate ao câncer, a não ser alguns meios de prevenção e cura para casos iniciais, apesar de milhões de dólares já terem sido gastos em pesquisas, e outros que serão aplicados por governos e entidades de pesquisas em todo o mundo.

No Brasil, a luta de combate ao câncer, onde a incidência tende a crescer, inclusive com decorrência do aumento da expectativa de vida média da população, ainda é embrionária.

Não encontramos registros nacionais e estaduais sobre a incidência dessa moléstia, todavia, em contato com facultativos especializados, é alarmante o número de pessoas que hoje padecem desse mal.

O governo federal, autorizou a abertura de crédito suplementar de 16 milhões de cruzeiros para aplicação no combate ao câncer.

A distribuição dos recursos autorizados se fará nas seguintes linhas: manutenção do Instituto Nacional do Câncer, em 1972, obras de recuperação dessa entidade, bem como reequipamento e modernização de sua aparelhagem e ampliação da rede hospitalar da Campanha Nacional contra o Câncer, em 1972-73.

Em nosso Estado temos a Liga Paranaense de Combate ao Câncer, fundada em março de 1946, responsável por esta Feira das Bandeiras que terá início depois de amanhã, mantenedora do Hospital Erasto Gaertner, dedicado exclusivamente ao tratamento de pessoas atingidas pelo mal.

O tratamento do câncer requer uma planificação quanto ao seu combate, que inclui a prevenção, diagnóstico e tratamento.

No ano de 1971, no setor de Cobaltoterapia do Hospital Erasto Gaertner foram atendidas 872 pessoas, o que exigiu um total de 11.993 aplicações.

Neste ano de 1972, até o mês de abril, foram atendidas 399 pacientes com 5.756 aplicações. Contudo, apesar desse inestimável esforço desenvolvido pela Liga Paranaense de Combate ao Câncer, muito ainda deve ser feito para o atendimento dos que contrairam o terrível mal.

Notem os Senhores Deputados que o índice é de 100 doentes mensais. E se não é maior o índice é porque o hospital em apreço não tem condições de atendimento diante do número vertiginoso de doentes que demandam aquele hospital, buscando um alento para este grande mal.

Contudo, apesar deste inestimável esforço, nota-se que o Governo Federal está centralizado na revitalização das atividades do Instituto Nacional do Câncer, como órgão central de coordenação e orientação científica da Campanha Nacional de Combate ao Câncer e o apoio gradativo à rede estadual, especialmente com vistas ao seu reaparelhamento, de modo a que se possa contribuir de forma mais eficiente no processo de diagnóstico precoce da doença e tratamento dos casos possíveis.

Assim sendo, um maior entrosamento dos serviços especializados do Instituto Nacional do Câncer, Secretaria de Saúde do Paraná, Liga Paranaense de Combate ao Câncer e Hospital Erasto Gaertner, é necessário com a finalidade de um trabalho conjunto e coordenado.

Desse modo, apresentamos a esta Assembleia, um projeto técnico, sugerindo ao Governo do Estado do Paraná, compra do equipamento mais atualizado no combate ao Câncer, ou seja, o Acelerador Linear modelo Philips MES SL — 75 — 10 (SUPER), a ser doado ao Hospital Erasto Gaertner, cujo valor é de aproximadamente dois milhões de cruzeiros. É a denominação que a Inglaterra que fabrica este aparelho dá, àqueles em terçados em adquiri-lo. Este aparelho seria doado ao Hospital Erasto Gaertner.

Este custo em princípio parece ser exagerado, quase que impossível a sua aquisição. Mas a finalidade do aparelho e a maneira pela qual poderá ser adquirido, superam este custo. Acreditamos que tal equipamento contribuirá para que muitas vidas possam ser salvas, em se dotando de melhor aparelhamento ao Hospital em questão.

Nessa mesma oportunidade, solicitamos seja enviada cópia do nosso pronunciamento e do Projeto, apresentado, ao Ministério da Saúde, solicitando atenção especial para a colaboração do Governo Federal na compra desse equipamento, dentro das metas daquele Ministério, onde uma das principais é justamente esta.

Paralelamente, nos parabenizamos com os organizadores da Feira das Bandeiras, que irá se realizar nesta Capital no final da semana, cujo principal e único objetivo é angariar recursos para o Hospital Erasto Gaertner de Combate ao Câncer.

Anexo a este trabalho, Senhores Deputados, estão as características do aparelho; os acessórios e, o que é importante, as condições de pagamento. Poderá ser pago em 60 meses; em 5 anos. E o Estado pagará a importância de dois milhões de cruzeiros, inclusive juros. Para ser preciso, para comprar-se em 60 meses custará a importância de 1 milhão, 963 mil cruzeiros e 910 centavos. Portanto, em prestações suaves.

Acredito que cada vida que o câncer ceifa vale essa importância paga mensalmente.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nelson Buffara, quero congratular-me com V. Exa. pelo assunto que aborda, e que diz de perto o interesse que V. Exa. tem pelos nossos irmãos sofredores e que lutam contra esse mal terrível que tantas vidas tem ceifado.

Acompanhei de perto o esforço, o trabalho, o entusiasmo de V. Exa. na campanha que vem sendo desenvolvida no Paraná em favor do Hospital do Câncer de Curitiba; o seu interesse percorrendo a Cidade, angariando

brindes que, vendidos, reverteriam em favor daquele Hospital, que tantos serviços tem prestado à população curitibana e também de todo o Paraná.

Aproveito, neste pronunciamento que V. Exa. está fazendo, para conchamar a todos os srs. Deputados para que prestigem a Feira das Bandeiras que tem o mesmo objetivo, o mesmo fim: angariar fundos para o Hospital do Câncer que luta para adquirir esse aparelho de tanta importância e que virá salvar muitas vidas.

Por tudo isso, V. Exa. merece todo o nosso aplauso, todo o nosso entusiasmo, quando levanta uma bandeira como essa que sensibiliza a todos nós. E nada mais queremos do que dar um pouco de calor humano para que aqueles doentes possam sobreviver. Porque, de nada adianta termos condições financeiras se nossos irmãos parecem por falta de compreensão, de atendimento eficaz.

De modo que apelo para que V. Exa., dessa Tribuna, conclame a todos os Srs. Deputados para que, todos nós, juntos, possamos angariar fundos para a aquisição desse aparelho que irá prestar serviços tão importantes para toda a população.

Muito obrigado pelo aparte que V. Exa. me concedeu.

O sr. NELSON BUFFARA. — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado João Mansur, Líder da ARENA e do Governo. Foi realmente, oportuníssimo o seu lembrete, a sua observação. E, como não poderia deixar de ser, ratifico as suas palavras, conclamando a todos os srs. Deputados a cerrarem fileira conosco em torno dessa campanha que é tão nobre.

E, neste instante, nobre Deputado João Mansur, quero consignar os meus agradecimentos a V. Exa. nos ofereceu um rádio no valor de 600 cruzeiros para ser leilado. Portanto, agradeço, neste instante, em nome das Senhoras que trabalham na Barraca Senzala, da qual minha esposa é a Presidente. Faço, de público este agradecimento por esse gesto tão nobre e que bem caracteriza V. Exa.

Anexei os aspectos técnicos a fim de que o Sr. Governador possa analisar o que significa o Acelerador Linear Modelo Philips M.E.L. SL-75-10 (SUPER).

Temos médicos nesta Casa, que melhor do que eu poderão compreender a importância e o significado do aparelho. Eu sou um bacharel medíocre, não tenho condições para analisar a sua importância, mas tenho certeza de que os senhores médicos que compõem este Legislativo saberão dar maior importância do que eu estou dando, para sensibilizar ao sr. Governador a comprar este aparelho.

Já existe um aparelho destes no Estado de São Paulo. O Paraná que logo será o segundo Estado da Federação, será também o segundo Estado a adquirir o aparelho. Em São Paulo, o índice de mortalidade de câncer, apesar de ser um Estado muito mais populoso que o nosso, é menor do que o do Paraná, porque conta com esse aparelho, que é o mais poderoso que existe no mundo. Em 50 casos de câncer que, porventura, apareçam no Hospital Erasto Gaertner, um terço dessas pessoas poderiam sobreviver caso o Hospital contasse com um aparelho desses.

Sinceramente empolgo-me porque os portadores dessa moléstia estão condenados, porque era incurável. Hoje, porém, já existe esse aparelho. Por que razão não nos darmos esforços, o Legislativo e o Executivo? Por que razão nós não deveremos lutar, se a luta não é estadual, não é nacional, mas é mundial contra o câncer. Milhares de pessoas morrem de câncer em todo o mundo, mas poderemos reduzir o índice de mortalidade comprando este aparelho.

Faço um apelo patético aos srs. Deputados, para que nos irmanemos nesta luta, que não é minha mas é de todos.

O sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. com grande brilhantismo está analisando o problema do canceroso. Disse V. Exa. que não tinha condições para melhor analisar o problema. No entanto, o que estamos observando em V. Exa. é um grande sentimento de humanidade, um profundo interesse pelo assunto, buscando ajudar o Hospital Erasto Gaertner, trazendo para nosso Estado um aparelho que sem dúvida, irá melhorar o estado desses pobres doentes cancerosos. V. Exa. tem, de minha parte, não só apoio como também os meus cumprimentos por ter abordado, nesta oportunidade, um assunto de tamanho interesse. Nós médicos, estamos habituados a lidar e a estudar a possibilidade de encontrarmos cura para os doentes. V. Exa. pode estar tranquilo, descansado, que as palavras que V. Exa. proferiu encontraram acolhida em nosso coração. Estaremos ao seu lado nesta batalha para aquisição desse aparelho para o Hospital Erasto Gaertner. Este o aparte que queria oferecer a V. Exa., parabenizando-me com V. Exa. por suas brilhantes palavras.

O sr. NELSON BUFFARA — Agradeço a V. Exa., ilustre facultativo Xenofonte Villanueva por ter manifestado a sua solidariedade e compreensão. Aliás não poderia esperar de V. Exa. outro pronunciamento. Na sua sensibilidade de médico analisa melhor a esse flagelo que assola toda a humanidade.

Vejam os Senhores Deputados, a preocupação não é só nossa. O Presidente Médico abriu um crédito de 16 milhões de cruzeiros para a campanha contra o câncer. Disse S. Exa. no início de sua Mensagem enviada ao Congresso Nacional: O Sr. Presidente da República autoriza a abertura de crédito suplementar de 16 milhões de cruzeiros. Os recursos, como é usual de tais casos, decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária consignada no orçamento de 1972.

Acredito que se houvessem gestões do nosso Governador com o Senhor Presidente da República, poderíamos conseguir uma parte dessa quantia para a aquisição desse aparelho. Se nós pudéssemos comprá-lo e pagar em 60 meses acho que o Paraná poderia arcar com essa despesa, 60 meses com uma parcela quase insignificante, como já disse e reafirmo desta Tribuna.

Encaminharei ao Sr. Governador esta pasta que organizei, onde estão contidos todos os elementos que abordei desta Tribuna para que S. Exa. e sua equipe após analisarem o nosso trabalho, a importância desse aparelho, por certo promoverão gestões no sentido de adquirir esse mesmo aparelho em condições que, se necessário for, à vista.

Agradeço a atenção que os srs. Deputados dispensaram e apelo para que prestigem a Feira das Bandeiras porque, desta maneira, estaremos colaborando com o Hospital Erasto Gaertner. — (Sem revisão do orador).

O sr. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.



Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Costa, constante do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 24-72, que dispõe sobre a realização dos Trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, até 17 de novembro de 1972. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 21-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 121-72, que aprova o convênio celebrado entre o Banco Nacional de Habitação, Governo do Estado do Paraná, Banco do Estado do Paraná S.A., Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR — (Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 160-70, de autoria do Dep. Roberto Wypych, que declara de interesse turístico os Municípios que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 201-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que declara de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paula, da cidade de Rolândia. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 266-71, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Colaboradores da Escola para surdos "EPHETA", com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 74-72, de autoria do Dep. Emilio Carazzai, que eleva para um terço dos vencimentos de Secretário de Estado, a pensão mensal concedida a Sylvia Braga Mushoz da Rocha. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 185-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Santa Barbara, Município de Santa Cecilia do Pavão e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 290-71, de autoria do Dep. Quilse Cróstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar a Prefeitura Municipal de Astorga, a Motoniveladora Marca Adams com características que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 84-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 24-72, encaminhando anteprojeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo dar fiança em empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A., com o Banco Nacional da Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR. — Parecer favorável da C.C.J. — COM SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 85-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 25-72, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização para destinar recursos ao Fundo de Financiamento para água e esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 5-72, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, dá nova redação ao artigo 2.º e seus parágrafos, da Resolução n. 19-69, de 15 de agosto de 1969. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 5-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

### RESOLVE:

Art. 1.º — O art. 2.º e seus parágrafos, da Resolução n. 19-69, de 15 de agosto de 1969, passam a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 2.º — O Deputado indicará à Mesa da Assembléia através de relação discriminativa, as entidades sociais a serem subvencionadas, que estejam em pleno funcionamento e possuam personalidade jurídica, a qual autorizará o respectivo pagamento.

§ 1.º — Os pagamentos serão feitos, às entidades indicadas, mediante cheques nominais.

§ 2.º — O comprovante de caixa será a cópia do cheque nominal, para efeito de contabilização.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1972.

a) Dep. Xenofonte Villanueva

### JUSTIFICAÇÃO

Dispõe a Resolução 19-69, no § 1.º, do art. 2.º, mantidos com o presente Projeto, que os pagamentos às entidades beneficiadas serão feitos mediante cheque nominal, o que equivale a recibo. Daí nos parecer desnecessária a exigência de novo documento comprobatório do respectivo pagamento.

## RESOLUÇÃO N. 1969

DATA: 15 de agosto de 1969.

Sumula: Regulamenta a aplicação da dotação Orçamentária ao Poder Legislativo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º — A dotação consignada no Orçamento do Estado do Poder Legislativo, destinada à Assistência Social, será aplicada por indicação dos deputados, nos termos desta Resolução, e dividida em quotas proporcionais ao número delas.

§ 1.º — Aos suplentes de deputado caberão, para o fim deste artigo, quotas proporcionais ao número de meses que estiverem no exercício do mandato.

§ 2.º — A Mesa da Assembléia indicará à Tesouraria, o valor das quotas proporcionais atribuídas a cada um dos deputados.

§ 3.º — O montante da dotação referida neste artigo, poderá ser liberado em até quatro (4) parcelas trimestrais de igual importância.

§ 4.º — Todos os pagamentos serão feitos através da Tesouraria com a anuência da Mesa da Assembléia.

Art. 2.º — O deputado indicará à Mesa da Assembléia, através de relação discriminativa, as entidades sociais a serem subvencionadas, que estejam em pleno funcionamento e possuam personalidade jurídica, a qual autorizará o respectivo pagamento.

§ 1.º — Os pagamentos serão feitos mediante cheques nominais.

§ 2.º — Os cheques serão entregues aos deputados que apresentarão à Tesouraria o recibo da entidade favorecida até o dia 25 de cada mês.

§ 3.º — O comprovante de caixa será a cópia do cheque nominal, para efeito de contabilização, apresentando o deputado posteriormente, o recibo previsto no § 2.º, deste artigo.

§ 4.º — Os recibos firmados pelas entidades e beneficiados deverão conter:

I — nome completo e endereço da entidade;

II — assinatura legível de quem recebe e cargo que ocupa;

III — nome e endereço dos beneficiados nos casos de prestação de serviços de beneficência.

Art. 3.º — A verba de Assistência Social, poderá, ainda ser aplicada do pagamento de prestação de serviços de beneficência, diretamente aos favorecidos por intermédio da Tesouraria da Assembléia.

§ 1.º — No caso deste artigo, o deputado rubricará os comprovantes da despesa realizada e os encaminhará por ofício à Tesouraria para efeito de liberação da parcela correspondente.

§ 2.º — Compreende-se como prestação de serviços de beneficência:

I — atendimentos médico-hospitalares e medicamentos;

II — atendimentos de hospedagem e alimentação;

III — atendimentos funerários;

IV — auxílios para desenvolvimento educacional e cultural;

V — auxílios para inválidos, abandonados, viúvas e órfãos desprovidos de recursos.

Art. 4.º — A concessão de passagens para o interior do Estado, será feita por autorização do deputado à Tesouraria, sobre requerimento firmado pelo favorecido.

Art. 5.º — A Tesouraria organizará pastas para cada deputado, destinadas a arquivar as autorizações e comprovantes das despesas autorizadas.

Art. 6.º — Nenhuma despesa será deduzida das parcelas do deputado, sem sua expressa autorização.

Art. 7.º — As entidades sociais que receberem verbas, nos termos desta Resolução em um exercício, somente poderão receber no seguinte, se prestarem contas da aplicação das referidas importâncias apresentando balancete ou declaração de representante das mesmas.

Art. 8.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de agosto de 1969.

(a) Armando Queiroz de Moraes — Presidente

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 5-72

Sumula: — Confere nova redação ao Artigo 2.º e seus parágrafos, da Resolução n.º 19-69.

### PARECER

A presente Proposição resolutiva não encontra nenhum óbice de natureza legal. Esta apta a prosseguir sua tramitação normal.

Assim, sou pela aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Luiz Roberto Soares — Relator

Basilio Zaruso

Maurício Fruet

Erceney Silvério

Ovídio Franzoni

Cândido M. de Oliveria

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### PARECER ao Projeto de Resolução n.º 5-72

1) — O presente Projeto de Resolução tem por objetivo dar nova redação ao art. 2.º, e seus parágrafos, da Resolução n.º 19-69, que regulamenta a dotação orçamentária destinada à Assistência Social, consignada ao Poder Legislativo.

2) — A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à proposição.

3) — No que tange ao aspecto financeiro, nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente

Antonio Belinati — Relator

João Fadel

Antonio Lopes Júnior — (vencido)



1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial em São Jerônimo da Serra e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Com Substitutivo. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 186-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Colégio Comercial na sede do Município de São Jerônimo da Serra, para funcionar a partir do ano letivo de 1971.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da verba própria constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salas das Sessões, em 12 de agosto de 1970.

(a) — Deputado Paulo Poli

#### JUSTIFICATIVA:

A crescente expansão do progresso que vem atingindo aquela região do norte pioneiro de nosso Estado, justifica a criação da Escola que ora propomos através do presente plano de Lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 186-70

AUTOR: — Dep. Paulo Poli

SÚMULA: — "Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, um Colégio, digo, uma Escola Técnica do Comércio, de 2.º ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo".

#### PARECER

1) — A iniciativa em evidência vem articulada e justificada, nos termos do Regimento Interno.

2) — Dita Proposição não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, nada a contestar.

3) — Nestas condições, somos pela sua aprovação, desde que obedecido o substitutivo anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em . de maio de 1971.

(aa.) Wilson Brandão — Presidente  
Sebastião Rodrigues Júnior — Relator  
Muggiati Filho  
Emílio Carazzai  
Arthur de Souza  
Armando Queiroz  
Igo Losso  
Cândido Martins de Oliveira — Vencido

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### SUBSTITUTIVO GERAL

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, uma Escola Técnica de Comércio, de 2.º ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, uma Escola Técnica de Comércio, de 2.º ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salas das Comissões, em . de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente  
Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI N.º 186-70

#### PARECER

O presente plano de Lei visa tão somente autorizar a criação de um Colégio Comercial em São Jerônimo da Serra, daí opinarmos pela sua aprovação.

Salas das Comissões, em . de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente  
Francisco Escorsin — Relator  
Santos Lima  
Alvaro Dias  
Arizone Araújo

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N.º 186-70

AUTOR: Dep. Paulo Poli

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial em São Jerônimo da Serra.

PARECER

Tratando-se de projeto meramente autorizatório, não há nenhum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo, no tempo oportuno, se assim o quiser, dará os elementos financeiros para a instalação e funcionamento do Colégio. Somos, pois, pela aprovação.

Salas das Comissões, em 09 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente  
Antônio Lopes Júnior — Relator  
Antônio Belinati  
Odilon Reinhardt  
David Federmann

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 68-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 112-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado trabalho apresentado da Tribuna. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada uma petição no sentido de ser estendida a rede de energia elétrica até a Vila Nilza, no Município de Iporã, ao Sr. Diretor Presidente da Companhia Paranaense-Energia Elétrica. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja enviado à Secretária de Educação e Cultura pedido que visa criar a extensão do Ginásio para a Vila Nilza. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Diretor do Colégio Estadual do Paraná, pelo transcurso do seu 126.º anos de existência. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Geral do D.E.R., no sentido da liberação da linha de onibus ligando a cidade de Ivaiporã a de Curitiba. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima 6.ª feira às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 20-72, 21-72, 23-72 e de Lei n.ºs 276-70, 291-70, 115-71, 120-71 e 74-72;

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 185-70, 290-71, 84-72 e 85-72; 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 186-70 e de Resolução n.º 5-72.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 251-70 e 68-72.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que amanhã, dia 17, às 15,00 horas, haverá uma sessão especial em homenagem ao dia do advogado e a instalação em nosso país dos Cursos Jurídicos.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA N.º 239-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.709, de 27 de julho de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

designar JORGE MATHIAS JUNIOR, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado FRANCISCO ESCORSIN.

Gabinete da Diretoria Geral, em: 16 de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 240-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.256 de 15 de agosto de 1972 deste Poder,

RESOLVE:

conceder a LINDAMIR DOS SANTOS, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 15 de agosto de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em: 16 de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 241-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.220, de 14 de agosto de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a GENIR DOS SANTOS FERNANDES, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 14 de agosto de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em: 16 de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 242-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.818, de 1.º de agosto de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

designar PAULO CESAR PINHO DUBOC, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado SANTOS LIMA.

Gabinete da Diretoria Geral, em: 16 de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 18.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Alvaro Dias, tendo em vista a ausência do deputado Cândido M. M. de Oliveira, presidente da Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Gabriel Manoel apresentou redação final aos seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 219-70 — autor deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar um curso colegial em Paissandu. PROJETO DE LEI N.º 240-70 — autor deputado



Pinto Dias, que cria um curso científico no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand. PROJETO DE LEI N.º 295-70 — autor deputado Luiz R. Mañu-celli que cria um curso científico no Ginásio de Colombo. PROJETO DE LEI N.º 13-71 — autor deputado Francisco Escorsin que cria na cidade de Ubitatã uma Escola Colegial para funcionar a partir de 1972 c/ emenda da Comissão de Redação. PROJETO DE LEI N.º 70-71 — autor deputado Quilise C. da Silva que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios de Bocaiúva do Sul a Colombo. PROJETO DE LEI N.º 99-71 — autor deputado Nivaldo Krüger que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Jordão ligando a Estância Hidromineral de Águas de Santa Clara do Mun. de Pinhão ao Município de Guarapuava. PROJETO DE LEI N.º 108-71 — autor deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do D.E.R., para fins de melhoria e conservação a estrada que liga Maringá a Ivaiporã, passando por Aquidabã, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí. PROJETO DE LEI N.º 230-71 — autor deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Amaro Alves Miranda. PROJETO DE LEI N.º 37-72 — autor deputado Wilson Fortes, que denomina Grupo Escolar João Mattar o atual Grupo Escolar Noturno Dr. Generoso Marques da cidade de Cambará. PROJETO DE LEI N.º 66-72 — autor deputado Cândido M. M. de Oliveira, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI), com sede nesta Capital. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por Mim para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente  
Lélio Guimarães Sotto-Maior — Secretário

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 219-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um curso colegial, anexo ao Ginásio Estadual, na sede do Município de Paissandu.  
Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de Agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Basílio Zanusso — Relator

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 240-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um curso científico para funcionar a partir do próximo ano letivo no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand.  
Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de Agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Basílio Zanusso — Relator

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 295-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um curso científico no Ginásio do Município de Colombo, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.  
Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de Agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Basílio Zanusso — Relator

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 13-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de Ubitatã, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de Agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Basílio Zanusso — Relator

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 70-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria dos Transportes, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Bocaiúva do Sul a Colombo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de Agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Basílio Zanusso — Relator

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 99-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando a Estância Hidromineral de Águas de Santa Clara, no Município de Guarapuava ao Município de Pinhão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de Agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Basílio Zanusso — Relator

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 108-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga o Município de Maringá ao de Ivaiporã, passando por Aquidabã, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de Agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Basílio Zanusso — Relator

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 230-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Amado Alves Miranda, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de Agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Basílio Zanusso — Relator

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 37-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — O Grupo Escolar Noturno Dr. Generoso Marques, da cidade de Cambará, passa a denominar-se Grupo Escolar João Mattar.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de Agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Basílio Zanusso — Relator

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 66-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais — APADEVI, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de Agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Basílio Zanusso — Relator